

CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

RESOLUÇÃO Nº 5, DE 6 DE SETEMBRO 1994.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA e PRESIDENTE DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA (CDDPH), no uso de suas atribuições legais e ad referendum do Colegiado,

CONSIDERANDO as denúncias encaminhadas pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos;

CONSIDERANDO as notícias veiculadas por órgãos de imprensa brasileira;

CONSIDERANDO o que foi apurado pela Comissão de Processos Administrativos Especiais, criada em 1991 pelo Governo do Estado do Espírito Santo;

CONSIDERANDO, ademais, as informações que instruem o Processo nº 08000.013449/94-58 - CDDPH/MJ;

CONSIDERANDO, ainda, que incumbe ao CDDPH receber representações que contenham denúncias de violações dos direitos da pessoa humana, apurar sua procedência e adotar medidas capazes de fazer cessar os abusos dos particulares ou das autoridades responsáveis;

CONSIDERANDO, por último, deliberação unânime do Colegiado, adotada na 93ª Reunião, ocorrida em 03/08/94, RESOLVE:

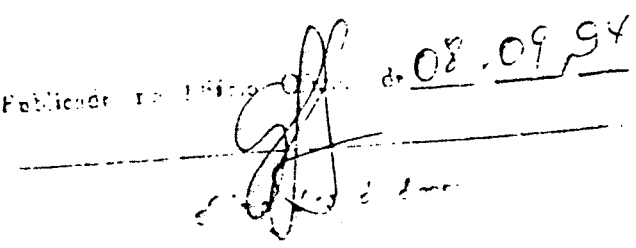
Art. 1º Instaurar inquérito, nos termos da alínea "a" do inciso III e inciso XIII do artigo 4º da Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, destinado a apurar violações de direitos humanos, consubstanciadas em denúncias de criminalidade organizada no Estado do Espírito Santo, cuja atuação compreende diversos homicídios.

Art. 2º Designar, para compor a Comissão de Inquérito (R.I. do CDDPH, art. 12, IV), o Dr. JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES, representando a Ordem dos Advogados do Brasil; o Dr. ÁLVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA, representando a Procuradoria-Geral da República; o Jornalista FRANCISCO CLÓVIS DE SOUZA, representando a Associação Brasileira de Imprensa.

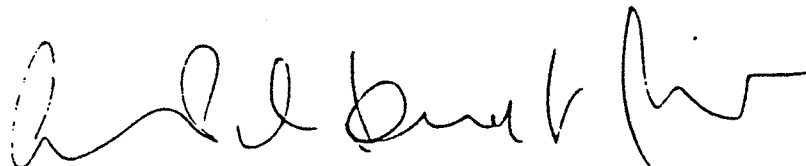
Art. 3º Caberá a Relatoria ao Dr. JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES.

Art. 4º Tornar público que, nos termos e para os efeitos dos artigos 6º, 7º e 8º da Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, o Conselho poderá, sob as penas da lei, determinar as diligências que reputar necessárias e tomar depoimento de quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais, inquirir testemunhas e requisitar, das repartições públicas, informações e documentos.

Publicado no Diário Oficial de 08.09.94



Art. 5º A Coordenação-Geral de Articulação Técnico-Administrativa dos Direitos da Pessoa Humana do CDDPH e o Grupo de Investigação de Violações aos Direitos Humanos prestarão todo o apoio necessário à execução dos trabalhos da Comissão.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Alexandre de Paula Dupeyrat Martins', with a stylized, cursive script.

ALEXANDRE DE PAULA DUPEYRAT MARTINS